



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 164/13	DATA: 21/03/2013
INÍCIO: 10h13min	TÉRMINO: 12h01min	DURAÇÃO: 1h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h49min	PÁGINAS: 35	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

**JULIO THADEU SILVA KETTELHUT** - Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.  
**MARIA LUIZA RIBEIRO** - Coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica.  
**GLAUCO KIMURA** - Coordenador do Programa Água para a Vida do WWF Brasil.

**SUMÁRIO:** Debate acerca do tema *Retrato das águas no Brasil*, em comemoração ao Dia Mundial da Água.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Bom dia a todos!

Quero registrar a minha alegria em promovermos esta audiência pública hoje não para comemorar, mas para termos em mente sempre presente a água como um bem ambiental imprescindível à vida no planeta Terra.

A nossa ideia, evidentemente, além de relevar a questão do uso da água, da disponibilização, do saneamento, é demonstrar que o Poder Legislativo, através da sua comissão temática, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, está preocupado e está atento à questão hídrica no País.

O requerimento é de minha autoria e contou com amplo apoio dos membros da Comissão. É bem verdade que, embora pelo segundo ano consecutivo, a Comissão do Meio Ambiente esteja nas mãos de quem deveria estar realmente, aqueles que são comprometidos com o desenvolvimento sustentável, como é o caso do Partido Verde, não obstante isso, como a indicação dos membros depende dos Líderes partidários, e estamos vendo o que está acontecendo na Comissão de Direitos Humanos, não temos uma maioria folgada. Ontem mesmo, na Comissão de Meio Ambiente, foi rejeitado requerimento de minha autoria pedindo audiência pública para discutir o passivo ambiental da implantação do Código Florestal, estudo da Universidade Federal de Minas Gerais. Uma audiência pública para discutir o assunto.

Trago este tema a nossa reunião para dizer que estamos enfrentando momentos difíceis no Legislativo no que diz respeito à legislação ambiental, não só o retrocesso que resultou no Código do Agronegócio, mas também, evidentemente, as tentativas constantes de retrocesso na legislação ambiental, sendo uma das mais graves aquela tentativa de retirar do Executivo as iniciativas de criação de Unidades de Conservação, de terras indígenas, de áreas quilombolas.

Reuniões como esta, com a participação maciça da sociedade civil organizada e com representantes de órgãos governamentais responsáveis por essa questão ambiental, tornam-se relevantes, porque criam uma massa crítica para atuarmos com maior facilidade aqui no Parlamento, não só reativamente, mas também proativamente.

Dito isto, gostaria de chamar para fazer parte da Mesa o Sr. Julio Thadeu Silva Kettelhut, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, a Sra.



Malu Ribeiro, Coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, o Sr. Mário Dantas, Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, e o Sr. Glauco Kimura, Coordenador do Programa Água para a Vida do WWF Brasil.

Quero registrar a presença e também convidar para fazer parte da Mesa o Deputado Dr. Paulo César, coordenador do grupo de trabalho.

Já há aqui um representante do Presidente da Agência Nacional de Águas, mas aguardamos a chegada do Presidente. Assim que chegar, será registrada sua presença e, evidentemente, chamado para integrar a Mesa.

Passamos, imediatamente, às exposições dos nossos convidados.

Passo a palavra ao Sr. Julio Thadeu Silva Kettelhut, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, para que, em até 15 minutos, possa fazer a sua palestra.

**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT** - Bom dia a todos!

Quero agradecer o convite feito ao Ministério do Meio Ambiente para participar deste evento. É sempre muito importante a gestão dos recursos hídricos no País.

Quero cumprimentar o Deputado Sarney Filho, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, nosso ex-Ministro — tivemos a oportunidade de trabalhar juntos durante 4 anos —, e dizer que é uma alegria pessoal estar aqui presente para fazer essa palestra.

Tenho aqui alguns eslaides. Tentarei ser breve e utilizar os 15 minutos de que disponho para fazer alguns comentários de ordem geral. Temos desafios ainda para implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos no País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Nesse caso, peço que desliguem a luz. Os que compõem a Mesa, se quiserem ficar mais confortáveis, podem ficar ali, de frente.

**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT** - É sempre bom relembrar certos pontos que basearam a Política Nacional de Recursos Hídricos e que, às vezes, com o passar dos anos e as situações que enfrentamos aqui, são não esquecidos, mas não são tomados na forma e relevância que deveriam ter.

*(Segue-se exibição de imagens.)*



É praticamente de conhecimento de todos que a água é um bem de domínio público. Então, não existe dono da água. É um bem de domínio público gerenciado pelo Governo Federal, em águas de domínio da União, e pelos Governos Estaduais, em águas de seu domínio, dotado de valor econômico justamente por ser um recurso natural limitado.

Em situação de escassez, a prioridade é o consumo humano e a dessedentação de animais. E a gestão prevê e deve fazer o proporcional uso múltiplo das águas, sua divisão equitativa entre todos os usuários interessados, a sociedade, e, também, claro, manter as questões da biodiversidade nas bacias.

Deve, ainda, utilizar a bacia hidrográfica como unidade territorial, área onde melhor se espelha não só os problemas relacionados com a água, os usuários, os insumos, quando a água serve como insumo, como também os processos produtivos e tudo isso. Então, a bacia hidrográfica como território consegue trazer essa unidade gerencial.

Um dos pontos mais importantes é que essa gestão tem que ser descentralizada e participativa. Isso não é somente uma questão, vamos dizer, de uma visão social do processo. É, inclusive, uma visão técnica. Não dá para fazer uma gestão de recursos hídricos num país do tamanho do nosso se não for de forma descentralizada e participativa. Ou seja, ou nós temos a sociedade e os interessados participando do processo ou não há como se fazer uma gestão de recursos hídricos num país do tamanho do nosso.

Temos aqui alguns comentários.

Na Constituição de 1988 está prevista a criação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

A questão da base legal começa em 1934 com o Código de Águas, que, por sinal, começou sua discussão em 1890, algo assim, mas só foi aprovado em 1934. E daí veio a instituição da política do SINGREH, pela Lei nº 9.433, e os instrumentos todos de gestão, que foram, de alguma forma, regulamentados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

A situação da política. Como eu mencionei, estamos hoje em uma fase de implementação da política. Os instrumentos da política são cinco, e posteriormente



vou fazer comentários sobre como está sendo a visão da sua implementação, seus problemas e seus avanços.

Nós estamos também em uma fase de estruturação dos órgãos colegiados e dos órgãos gestores de recursos hídricos. Não são todos os Estados que hoje têm esses órgãos.

Então, estamos apoiando a estruturação desses órgãos e desses modelos administrativos também nas unidades federadas, dando apoio para a criação de secretarias, enfim, de áreas que tratem de recursos hídricos dentro dos Estados.

O mais importante, talvez, seja promover essa articulação entre todos esses órgãos gestores de recursos hídricos em suas esferas e também conosco, em nível federal.

Vale sempre a pena lembrar que, como existem, então, esses rios de domínio do Estado e rios de domínio da União — e esses são pontos constitucionais —, essa articulação é necessária. Quer dizer, não existe uma fórmula de impor, tanto pela União, quanto pelos Estados, um ao outro, os seus desejos, as suas resoluções. Então, é necessário que haja uma articulação muito forte para que se promova regestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas do Brasil.

Isso aí é para lembrar como está esquematizado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Tanto no âmbito nacional quanto no âmbito estadual há sempre um reflexo dos organismos. O órgão máximo do sistema é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que promove a sua gestão através de resoluções e moções.

Alguns pontos são colocados como avanços e desafios. A Política Nacional de Recursos Hídricos, a gestão de recursos hídricos, os próprios recursos hídricos, como foi mencionado anteriormente pelo Deputado Penna e pelo Deputado Sarney, têm importância fundamental para a vida e para a produção.

E, na medida em que há essa função primordial e muito importante, essas políticas públicas setoriais dos diferentes órgãos que trabalham com essas áreas setoriais devem ser, de alguma forma, integradas em um contexto geral — considerando que água é um insumo para tudo isso —, através dos planos.

Então, nós temos que avançar bastante com relação a essa real integração de interesses setoriais dentro da distribuição da água no Brasil. Isso é um desafio



que eu reputo como um dos maiores que estamos enfrentando e devemos continuar enfrentando no futuro.

Hoje nós temos por volta de 180 a 190 comitês de bacias criados no Brasil, dos quais 11 são em rios de domínio da União. Esses comitês de bacias estão em diferentes graus de operacionalidade e implementação. Alguns estão muito avançados, têm um avanço, já exercem quase todas suas atribuições.

Há, por exemplo, agências de bacias, que exercem a cobrança pelo uso de recursos hídricos, e outros ainda estão em uma fase muito inicial de criação e, às vezes, não estão em funcionamento pleno.

Isso também, a meu ver, faz parte desse processo. Nós estamos tentando implementar uma política de um bem — através de uma lei que eu considero revolucionária no processo — que dá real poder para a sociedade em decisões relacionadas ao uso da água, através desses comitês de bacias.

Esse processo está tentando quebrar diversos paradigmas: paradigmas de descentralização, paradigmas de participação. Então, é compreensível esse andamento diferenciado entre a implementação de comitês de bacias, considerando também a localização física, em que área do Brasil esses comitês se encontram.

Isso é bem diferente, por exemplo, quando tratamos de um comitê de bacia da Região Amazônica e de um comitê da bacia da região semiárida. É natural que na Região Amazônica o interesse pela gestão dos recursos hídricos não seja, talvez, tão grande quanto o interesse pela gestão dos usuários ou da sociedade na região do Semiárido.

O conhecimento da oferta e da demanda é importantíssimo. A Agência Nacional de Águas e os Estados estão ampliando esse conhecimento da oferta e da demanda. Não se faz nenhuma gestão de nada se não se conhecer o que nós temos para ofertar e qual é a demanda. Então, por isso é importante haver o cadastro, as outorgas e todos os estudos.

Plano Nacional e suas atualizações. O Plano Nacional de Recursos Hídricos teve uma ampla participação da sociedade em sua elaboração — mais de 4 mil pessoas participaram da sua elaboração — e agora está em fase de atualizações. Foram definidas 23 prioridades para serem desenvolvidas até 2015, e essas



prioridades têm servido como balizamento de ações do Ministério e de outros Ministérios, dentro do PPA.

A integração entre esses diferentes planos é um grande desafio. Participamos ontem de um seminário que discutiu a questão da integração entre o Plano Nacional de Recursos Hídricos e os planos setoriais de energia, agrícola, enfim. É um desafio muito grande.

O grande desafio também é avançar, dentro do próprio sistema — e podemos avançar —, na integração entre os planos dos diferentes níveis: plano nacional, planos estaduais e planos de bacia, que precisam também ser integrados.

A cobrança como instrumento de gestão. Isso é muito importante, porque a cobrança não é um instrumento arrecadatório. Ela tem que ser vista quando cobrada para que o usuário que paga aumente a sua eficiência no uso da água. É essa a ideia. O objetivo não é ter uma visão, por exemplo, de se arrecadar recursos para serem utilizados, enfim, em outras atividades. É claro que, uma vez arrecadados os recursos, eles serão utilizados nessas atividades definidas pelos próprios comitês de bacias, mas ela é um instrumento de gestão.

A consolidação da gestão participativa. Nós temos uma lei, como eu disse, baseada nessa gestão, mas temos de avançar muito na questão da representatividade nesses comitês todos e nesses conselhos. Então, acho que temos realmente que avançar na gestão participativa.

Está faltando 1 minuto, então vou falar sobre os rios fronteiriços. O Brasil tem uma atuação muito grande com relação aos nossos países vizinhos em diversos tratados. Nós temos 11 sistemas aquíferos transfronteiriços, 74 rios fronteiriços e transfronteiriços. Entre esses aquíferos, temos o Aquífero Guarani, que todas as pessoas conhecem, um aquífero importante, mas temos que lembrar que, no mesmo local em que o Aquífero Guarani se encontra, há outros aquíferos que são utilizados: Serra Geral, Caiuá, Bauru, que se encontram na mesma área do Aquífero Guarani.

Há a questão dos recursos hídricos subterrâneos, a questão da dominialidade — como são de domínio do Estado, nós temos que fazer a articulação entre os Estados para o seu uso —, e a gestão integrada entre água superficial e água subterrânea.



Hoje, o maior número de cidades no Brasil tem o seu abastecimento em água subterrânea, não importando que passe um rio ao lado. Isso por uma série de fatores, mas principalmente por fatores econômicos, em que não há necessidade de tratamento de água ou o tratamento é diferenciado. E há a articulação que mencionei dessa questão de recursos hídricos subterrâneos entre os Estados.

São essas as minhas palavras, Deputado.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade que a Comissão nos deu de vir aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Julio.

Vamos passar a palavra para a Sra. Malu Ribeiro, Coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica.

Quero dizer que a nossa reunião está sendo transmitida ao vivo pelo canal 61-2 da NET. Daqui a pouco, vamos abrir também para a sociedade civil poder questionar.

**A SRA. MARIA LUIZA RIBEIRO** - Bom dia a todos!

Em nome da SOS Mata Atlântica, da Rede das Águas e de toda a comunidade que participa dessa grande rede de monitoramento de água do Brasil, cumprimentamos os Deputados da Comissão de Meio Ambiente. Reforçamos aqui a preocupação colocada pelo Deputado Sarney Filho em relação a uma Comissão de Meio Ambiente que seja um espaço de debates, de discussão da sociedade e que não rejeite requerimentos de audiências públicas e coisas do gênero.

Ao nosso coordenador do GT de Águas, Deputado Paulo César, digo que o nosso trabalho, nossas experiências ao longo desses anos de luta no Fórum Nacional de Comitês tentando construir essa política pública, está à disposição de V.Exas.

Não vou ler tudo isso, porque o Julio Thadeu já falou uma série de coisas, mas, em relação à escassez no Brasil, o grande problema da escassez, além da distribuição irregular em nosso território, é a questão da poluição. A poluição e a degradação dos rios são um pouco do retrato que vamos mostrar aqui e que nos leva a uma reflexão mais séria sobre o controle desse recurso, que é um direito humano, e das políticas públicas que dependem de inovação tecnológica, de integração ambiental, de uso racional, frente aos problemas decorrentes do crescimento da população, da expansão industrial, da produção agrícola, da



contaminação por fertilizantes e insumos, e principalmente do retrocesso da degradação das florestas que vamos assistir agora, diante do novo Código Florestal, com um grande impacto na alteração do ciclo hidrológico e da nossa disponibilidade hídrica.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Destaquei números em que a água é o elemento que mais representa o impacto das transformações do clima no planeta, ou por eventos extremos de inundações, como mostra a imagem abaixo, no Estado do Rio de Janeiro, ou por secas drásticas na Bacia Amazônica, ou seja, em regiões onde não estávamos acostumados a ver eventos tão drásticos ocorrendo ao mesmo tempo.

Diante dos desafios que nós temos com o aumento da prospecção de água potável, que triplicou nos últimos 50 anos, há o aumento de irrigação, que causa o maior desperdício de água que temos no Brasil — o setor que mais desperdiça infelizmente é a agricultura —, e a deterioração que isso traz à qualidade da água, que aumentou seis vezes nas últimas décadas. Quando aumentamos o consumo e, além disso, aumentamos a poluição e os danos causados à água, nossos problemas sanitários e de óbito e de saúde pública também se agravam, e com eles vêm os custos disso.

No último Fórum Mundial da Água, nós estivemos aqui no ano passado e firmamos um pacto pelas águas. Foi levantado que os países e seus seguros investiram mais de 180 bilhões de dólares nesses desastres climáticos e que nós, no Brasil, estamos despreparados diante dessas tragédias anunciadas. Só neste ano, de acordo com o *site* do Ministério da Defesa Civil, nós temos 1.066 Municípios já em situação de emergência. Em 2012, foram 2.771 Municípios com declaração de calamidade pública. E isso representa altíssimo custo para os cofres públicos.

Quanto a essa divisão hidrográfica, o Julio já reforçou a importância da gestão por bacia hidrográfica. Mas o retrato da água que temos, apesar dos anos dessa política pública, apesar dos instrumentos de gestão, é esse aí. No lado esquerdo, há um *zoom* do que vemos no principal manancial de abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo, onde mais de 70% das doenças ainda são causadas por veiculação hídrica. Não estou falando de uma cidadezinha lá distante, estou falando de uma favela atrás da Universidade de São Paulo, do Centro de



Tecnologia Hidráulica ou da Faculdade de Saúde Pública de maior excelência deste País, onde as pessoas morrem de diarreia porque praticam esse tipo de lançamento de efluente na água que vamos ter que beber.

Aqui está um exemplo de como a Política de Recursos Hídricos, essa política de Comitês de Bacia e toda essa legislação a partir da Constituição de 1988, que só tem 25 anos, portanto, ainda é uma menina, não podem retroceder, como aconteceu com o Código Florestal.

Naquela imagem ao lado, há um exemplo do que é a APP de mata ciliar de 30 metros de beira de rio de um corpo d'água médio, do Código Florestal anterior, com uma passagem para dessedentação de animais. Essa era uma fazenda de criação de gado no interior paulista. Esses buraquinhos todos são onde estava sendo reposta a mata nativa.

O Código de 1965 já destacava a função ecológica dessas Áreas de Preservação Permanente e o papel das Reservas Legais como estoque genético e manutenção da biodiversidade. O novo Código Florestal reduz essa faixa ciliar. Eu vi no avião uma propaganda que diz que diminuir um pouquinho às vezes causa constrangimento, e havia a foto de um homem muito alto com um terno com a calça muito curta. Então, se perdermos metade dessa pequena faixa de 30 metros, como vai ficar essa água? Como essa água vai ser impactada?

Para compensar esse retrocesso e não ficar só nessa coisa de ecochato, como nos rotulam, trouxe aqui um exemplo de como os comitês de organismos de bacias de regiões de escassez hídrica deliberaram pela manutenção de faixas de APP de acordo com o Código Florestal anterior. Essa foi uma emenda pela qual havíamos lutado nesta Comissão para que fosse levada a efeito, a fim de evitar isso que estamos vendo aqui.

Na imagem, há encostas ocupadas com tragédias anunciadas, a região serrana do Rio de Janeiro. Lá embaixo, a mesma região. Nossas áreas de mananciais, degradando a água que a gente tem que beber e que não tem. Ocupação em área de APP no Piauí e no Rio de Janeiro, esses flagelos decorrentes do desrespeito à legislação.

Como podemos fazer para cuidar da água num bioma tão ameaçado como a Mata Atlântica dentro dessa área de 17 Estados, onde se concentra o maior PIB do



País? Nós levantamos, e também a própria Agência Nacional de Águas (o Vicente ainda não chegou, mas, se chegar, certamente vai dizer o que está em vermelho ali), que os prejuízos para a qualidade da água decorrentes apenas da sedimentação dos corpos d'água, ou seja, de erosão, superam 2 bilhões de reais por ano. São 2 bilhões de reais por ano, diante da dificuldade que nós teremos que enfrentar até 2015 para garantir o acesso à água — só o acesso à água, não à qualidade — nas torneiras das casas, quando nós precisamos de 25 bilhões. Qual será o impacto, nessa conta de 25 bilhões, da redução das APPs e do aumento da erosão?

Setenta por cento dos rios brasileiros, num retrato que a sociedade civil faz (cada bolinha vermelha dessa é onde a SOS Mata Atlântica mantém Grupos de Monitoramento de Qualidade da Água), apresentam qualidade irregular. Ou seja, estamos em sinal de alerta.

Ressalte-se que, se nós recompusermos 1 hectare de Mata Atlântica, no bioma Mata Atlântica, com a precipitação média e anual decorrente do nosso clima, vamos perfazer a necessidade diária de consumo de 2.600 pessoas, recompondo a APP numa propriedade média de 100 hectares.

Aqui nós vemos um retrato do exemplo de como recompor, num programa, a mata ciliar na Bacia do Rio Piraí entre os Municípios de Jundiaí e Salto, próximo da Região Metropolitana de São Paulo, na Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Cada pontinho desses é um ponto de coleta, onde a sociedade analisa mensalmente, de forma gratuita, honorífica e voluntária, a qualidade dessas águas e disponibiliza na Internet o que é o IQAB — Índice de Qualidade de Água Bruta.

Nesta apresentação as cores estão meio confusas, mas destaco, Deputados, que nós temos dois pontos de água boa nessa bacia, após 3 anos de recuperação florestal em 13 fazendas. Os proprietários viraram conservadores de água e apostam numa relação de serviços ambientais ecossistêmicos para manter a mata em pé, para ter sustentabilidade de gestão do solo e melhoria de suas atividades comerciais. O Índice de Qualidade de Água nessa bacia não saía do regular e do ruim, e o volume de água diminuía a cada ano.

Com essa restauração florestal, nós conseguimos levantar que a percepção desses proprietários foi de que a mata conseguiu ser, de verdade, um regulador



climático, conseguiu diminuir os investimentos necessários pelos serviços que captam a água nessa bacia, que é o único manancial para abastecer o Município de Salto e o Município de Indaiatuba, duas cidades que têm por volta de 150 mil habitantes. Ou seja, 300 mil pessoas dependem desse manancial.

Aqui nós vemos o exemplo dessa bacia e os remanescentes florestais da Mata Atlântica. Aquilo ali é a Serra do Japi, que vai se conectar com o Mosaico Bocaina e com a Serra da Mantiqueira.

Esse é mais um retrato que a SOS Mata Atlântica divulga hoje. E nós fazemos o monitoramento da qualidade da água da Região Metropolitana de São Paulo.

Esses pontinhos de sarampo vermelhos são todos os córregos e rios. Temos mais de 193 córregos e rios com qualidade de água ruim e péssima, se é que podemos chamar de água esses corpos hídricos urbanos, que não são privilégios do Estado de São Paulo. Ou seja, não é mais o Rio Tietê que tem essa cara horrorosa. Nos 17 Estados por onde a SOS Mata Atlântica passou, em 21 cidades — a nossa expedição itinerante passou por 9 Estados da Mata Atlântica, nas Regiões Nordeste e Sudeste —, dos 30 rios urbanos monitorados nessas capitais, nenhum apresentou resultado satisfatório. Nenhum tinha qualidade de água aceitável.

Os rios urbanos retratam o descaso que este País tem com o saneamento, o descaso que temos com a participação efetiva da sociedade nesses comitês e organismos de bacias e, infelizmente, Julio, o descaso com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos por parte do Ministério do Meio Ambiente, que agora quer acabar com a prerrogativa do CONAMA de ser deliberativo.

Nós não podemos permitir esse retrocesso. É uma conquista da sociedade, é uma conquista desta Casa na Constituição de 1988. O CONAMA formula políticas públicas, e é o CONAMA que tem a resolução do que significa qualidade de água neste País.

Deputados, eu concluo mostrando que temos do lado esquerdo os fundamentos de uma política pública pioneira e que poderia colocar o Brasil na ponta, à frente de muitos países, pela sua biodiversidade, pelas reservas hídricas, pela *expertise* da sua sociedade, pela transparência do seu Parlamento. Infelizmente, temos assistido a um naufrágio, a um flagelo de escândalos e tragédias



anunciadas e de desperdício de dinheiro público, a um festival de PCHs — hidroelétricas *versus* incompetência na transmissão de energia —, só olhando para a água como uma matriz energética, não para os seus usos múltiplos, não para o direito humano de conservação da água e muito menos para o valor ecossistêmico e espiritual, que transcende a nossa reles insignificância humana.

Por isso pedimos a atenção especial dos Deputados, fiscalizando o papel do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o descontingenciamento das verbas destinadas à gestão de recursos hídricos, aos fundos de recursos hídricos e, sobretudo, ao CONAMA, que é quem formula as políticas de qualidade, quantidade e disponibilidade de água e de gestão ambiental neste País.

Muito obrigada a esta Comissão. Espero que possamos contribuir.

Os rios são um espelho de tudo o que fazemos nas bacias. Se eles não estão bem é porque nós os estamos desrespeitando.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Sra. Malu Ribeiro, Coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica.

Passamos a palavra, por até 15 minutos, ao Sr. Glauco Kimura, Coordenador do Programa Água para a Vida do WWF Brasil.

**O SR. GLAUCO KIMURA** - Muito bom dia, senhoras e senhores.

Quero agradecer imensamente o convite desta Comissão para participar desse honroso debate. Em nome do nosso Presidente Álvaro de Souza, agradeço e parablenizo a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável por promover este evento tão importante nesta data comemorativa que é o Dia Mundial da Água e que ganha mais importância por ser o Ano Internacional pela Recuperação pela Água das Nações Unidas.

Eu acho que os meus colegas aqui, principalmente a Malu, já falaram bastante do estado atual da Lei das Águas, a Lei nº 9.433, que, como o Julio trouxe bem, foi uma grande conquista nossa.

Eu gostaria de reforçar o ponto dos fundamentos ligados à gestão descentralizada e participativa. Isso foi dito na apresentação do Julio e da Malu. Quero voltar a reforçar a importância de prestarmos atenção nesse fundamento



crítico da lei, que é a gestão descentralizada e participativa envolvendo poder público, usuários e comunidade.

Temos visto que, apesar de ter sido criado esse fundamento na lei, a relação entre sociedade, poder público e usuários muitas vezes é fragmentada e não muito participativa. Há alguns casos de uso da água por parte de usuários que acabam gerando externalidades negativas para as comunidades locais e alguns conflitos potenciais. A Malu já deu vários exemplos aqui de como isso ocorre: empresas outorgam e usam água, mas devolvem água em quantidade e qualidade insatisfatória, gerando problemas e conflitos com as comunidades.

Por sua vez, também ocorre o contrário. A Malu mostrou bem com o eslaide dela a questão da invasão, da expansão urbana descontrolada no entorno de reservatórios, onde tem que se gastarem recursos absurdos para se tratar e distribuir essa água para a cidade, como no caso do Guandu também, na Baixada Fluminense, que é uma região de poluição extrema. Geram-se custos absurdos para tratar a água do Guandu, que abastece a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Por sua vez, a sociedade civil acaba fazendo pressão social nos governos. A sociedade muitas vezes, Julio, desconhece o papel dos Comitês de Bacia e, então, recorre aos Governos. Nós da WWF estamos bastante acostumados a receber críticas e denúncias de pessoas que têm um córrego perto da sua casa que está poluído, que não sabem a quem recorrer e fazem pressão só nos Governos.

A relação entre Governo e usuários é pautada pela regulação e fiscalização. A lei tem que ser seguida, mas se investe muito pouco nos incentivos e benefícios da sua aplicação.

Este eslaide mostra justamente isto: a sociedade civil bastante distanciada do tema *Água*. Até coloquei propositadamente uma bola menor que mostra os usuários e Governos com relação à água: o Governo muito voltado para o foco do planejamento e regulação e controle; os usuários usando mal o recurso, às vezes com outorga, com licença, mas não seguindo a quantidade que foi outorgada, as condições que foram licenciadas ou, muitas vezes, usando sem licença, e a sociedade civil bastante distanciada, desconhecendo o tema.

Isso fica muito evidente quando fazemos uma pesquisa, a cada 4 anos, encomendada pelo IBOPE, sobre o que o brasileiro pensa sobre a água. Isso fica



muito claro quando 82% dos entrevistados afirmam que teremos problemas com água no futuro. Isso é um dado da pesquisa do IBOPE sobre o que o brasileiro pensa sobre a água que nós lançamos na Rio+20, em junho do ano passado.

Oitenta e dois por cento dos brasileiros afirmam que teremos problemas de água no futuro, ou seja, a consciência é grande de que não se está indo bem, mas a percepção é um pouco equivocada. Dos 82% das pessoas que reconheceram o problema, quase 70% apontam o desperdício como um problema; o consumo exagerado vem em segundo lugar.

Há problemas como mudanças climáticas, poluição causada pela agricultura, desmatamento de florestas e matas que foram apontadas por poucas pessoas. Ou seja, as pessoas têm uma ideia do problema ligado à água muito voltado ao problema urbano, como a Malu falou. Hoje 80% da população brasileira vive nas cidades, e a percepção das pessoas sobre o problema é da torneira pra frente. Da torneira para trás, as pessoas não sabem de onde está vindo o problema. O problema começa já na fonte, na degradação das nascentes, na poluição dos mananciais.

E quando perguntados sobre quem mais consome, desperdiça e polui, as pessoas apontaram indústrias e residências em primeiro lugar, acima da agricultura. As pessoas desconhecem que a agropecuária é o maior usuário de água do País, o que de novo reforça a visão extremamente urbanoide do cidadão com relação à água.

Quando perguntados acerca do conhecimento sobre o Comitê de Bacias, 84% das pessoas nunca ouviram falar do Comitê de Bacias. Apenas 16% da população conhece o Comitê de Bacias.

Ora, isso não quer dizer falta de consciência. Recebemos muitos telefonemas. Aposto que a Malu recebe na SOS Mata Atlântica também denúncias de pessoas querendo fazer alguma coisa para reverter um problema de degradação de um córrego. Mas elas desconhecem que há um Comitê de Bacia na região onde elas moram. Elas não sabem a quem recorrer.

Da mesma forma, 87% dos entrevistados nunca ouviram falar da Agência Nacional de Águas. A reguladora federal responsável pela regulação das águas e pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos é desconhecida do



cidadão brasileiro, e isso demonstra o distanciamento da sociedade com relação ao tema *Água*.

A gestão integrada e participativa tem que ser vista como uma oportunidade. A relação entre sociedade civil e usuários tem que ser pautada em incentivos, em cuidados permanentes, em uma gestão compartilhada dos riscos. A relação entre sociedade civil e governos tem que ser pautada em conhecimento e conscientização, Julio. Precisamos levar para a sociedade o que significa a Lei das Águas, o que significa Comitê de Bacias. As pessoas têm que ser capacitadas e empoderadas, e a participação tem que ser efetiva e transparente nos processos decisórios.

A Malu falou bem da questão dos Conselhos Estaduais. Temos que fortalecer a participação da sociedade nesses fóruns. E a relação entre Governo e usuários, além da fiscalização e regulação, tem que ser pautada em incentivos, em boas práticas. O Governo tem que se responsabilizar por desenvolver marcos regulatórios sustentáveis, com base nas experiências de boas práticas. Ou seja, tudo isso, além de levar ganhos para esses três entes — coloquei no centro daquele eslaide um cifrão —, é um bom negócio. E eu vou dar exemplos para vocês no próximo eslaide.

Esse exemplo aqui é do Movimento Cyan, que é um projeto que a AMBEV criou, porque a AMBEV, produtora de bebidas, é dependente de água. A AMBEV criou o movimento Cyan, um projeto em parceria conosco. E aqui a fábrica da AMBEV, na cidade satélite do Gama, uma das principais fábricas da AMBEV na região, tinha uma imagem muito ruim perante a comunidade. Quando você conversa com os moradores do Córrego Crispim, eles acusam a AMBEV de poluir a água lá. O Governo estava distante do problema. A AMBEV tem uma outorga de uso de águas subterrâneas na região, e a fiscalização era inadequada. Obviamente, a sociedade civil está insatisfeita e deslocada do problema.

Com o Projeto Bacias, que começou em 2012 — estamos no terceiro ano do projeto —, a água começou a ser tratada na fábrica. A AMBEV começou a calcular sua pegada hídrica para a produção de bebidas, diminuindo, acho, de 5 litros para 3 litros para cada produção de litros de cerveja, e investiu em recuperação de áreas degradadas na Bacia do Crispim. Ou seja, a AMBEV finalmente começou a olhar além dos muros da fábrica.



O primeiro passo da AMBEV foi tratar a água dentro da fábrica e fazer a lição de casa. O segundo passo foi olhar além dos muros. Raramente as empresas, os grandes usuários, fazem isso. Elas não fazem a gestão de risco compartilhado com quem está na bacia, e isso fere o princípio dos usos múltiplos, que é outro princípio da lei. E passou a fortalecer o Comitê do Paranoá.

Temos o Comitê de Bacia do Paranoá, que hoje a AMBEV, através desse projeto, ajuda a fortalecer. Ela participa do Comitê e engaja a comunidade. E o Governo começou a atuar, através do Comitê, ou seja, começou a participar desse problema diretamente. Através dessa participação surgiu o compromisso do GDF de revitalizar o Parque da Prainha. O Parque da Prainha é um dos principais parques dessa região, onde o Córrego Crispim desagua no Rio Alagado, e era uma antiga área de lazer dos moradores do Gama. E o GDF se comprometeu, então, através do Programa Brasília, Cidade Parque, a revitalizar o Parque da Prainha. Então, a comunidade sai ganhando também, porque criou o Movimento Prainha Viva.

Então, esse é um exemplo de como os usuários, o Governo e a sociedade civil podem juntos se mobilizar e fazer diferença. A AMBEV, obviamente, não está fazendo isso só por boa vontade, por bom coração; ela está vendo nessa gestão participativa a oportunidade de negócios. A AMBEV inclusive está de olho na oportunidade de certificações, através da Alliance for Water Stewardship, que é uma certificadora de boas práticas no setor empresarial.

Outro exemplo que eu queria dar dessa cooperação entre sociedade, Governo, usuários e entidades privadas é a elaboração do primeiro Plano de Recursos Hídricos da Amazônia, que foi o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre. A sociedade participou em todas as etapas do Plano, desde as primeiras oficinas de mobilização, engajamento e sensibilização. Comunidades que viviam a 200 quilômetros de distância de Rio Branco, sem acesso a rodovias, iam de barco às reuniões do Plano. E a AMBEV, através da parceria com HSBC, trouxe o HSBC para...

O Plano de Recursos Hídricos do Acre, então, foi desenvolvido numa parceria inédita entre o Governo do Acre, a sociedade civil, ONGs e o HSBC, com a participação de um banco de forma pioneira na formulação de uma política pública. É muito interessante esse caso.



Finalmente, há outro exemplo, que é o Programa Água Brasil, onde temos a participação da Agência Nacional de Águas, o Banco do Brasil e a Fundação Banco do Brasil, além do WWF.

Esse programa foi concebido para trabalhar no meio rural e no meio urbano e hoje atua em 14 microbacias, para demonstração de boas práticas agropecuárias, para conservação de água e solo, além de atuar em cinco cidades também para demonstrar boas práticas de gestão de resíduos sólidos junto às Prefeituras.

Esse coletivo de experiências é um material fundamental para o banco formular uma política ambiental mais adequada e formular inclusive novos produtos de investimento para crédito para agricultura e crédito para resíduo sólido. Ou seja, o banco, através do fomento a boas práticas no setor rural e no setor urbano, está investindo não só no aperfeiçoamento de sua política ambiental, mas também na oportunidade de novos negócios. É importante ressaltar isto: oportunidades de novos negócios.

A Agência Nacional de Águas é partícipe dessa parceria, sempre olhando não só com o olhar de regulação, que a Agência Nacional de Águas deve ter, visto que é uma agência reguladora, mas com foco nos incentivos. Por exemplo, o produtor de água é um dos projetos que fazem parte desse programa Água Brasil, e a Agência Nacional de Águas apoia a gestão das águas nessas microbacias. Obviamente, o resultado de um programa como esse vai ajudar a Agência Nacional de Águas a desenvolver marcos regulatórios apropriados, sustentáveis.

O Banco do Brasil, como eu disse, tem uma oportunidade única de gerar crédito agrícola sustentável ambientalmente. A Fundação Banco do Brasil tem oportunidade de disseminar as tecnologias sociais de baixo custo e alta efetividade, ou seja, também oferece oportunidade de negócios. E o WWF é a organização que implementa essas ações, capacita os usuários na ponta e retroalimenta o Banco do Brasil e a Agência Nacional de Águas. Ou seja, temos aí uma oportunidade única de gerar experiências interessantes de gestão integradas e compartilhadas das águas.

Para terminar, eu tenho mais 1 minuto aqui. Só para dar um exemplo também do Programa Água Brasil, o Igarapé Santa Rosa fica no Município de Xapuri, no Acre, e ali no Estado o índice de coleta e tratamento de esgoto é menor que 25%. Nessa região a própria comunidade desenvolveu tecnologias sociais de baixo custo,



como fossas sépticas, que estão sendo implementadas de forma demonstrativa. A previsão é a de que sejam implementadas em toda a microbacia do Igarapé Santa Rosa, em Xapuri. Ou seja, investimentos desse Programa, na ordem de 440 mil reais, podem levar ao saneamento de 100% de uma microbacia. E, obviamente, a Fundação Banco do Brasil, junto com o Banco do Brasil, a WWF e a Agência Nacional de Águas, está aproveitando para fazer oficina de educação ambiental sanitária, de como implementar essas fossas sépticas no meio urbano e rural nessa região.

Isso retroalimenta inclusive o próprio Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre e tem um potencial de alavancar essa experiência em todo o Estado. Ou seja, estamos diversificando a matriz de tratamento de esgoto nesse Estado.

Era isso que eu tinha a dizer.

Gostaria de agradecer muito a participação.

Finalmente, gostaria de ressaltar que o Programa Água para a Vida, do WWF Brasil, completou 10 anos no final do ano passado, uma década de trabalho de conservação e gestão das águas. E, em comemoração aos 10 anos do programa, lançamos esse material, que é um *kit* comemorativo, composto por este *box* que tem um DVD com um vídeo de 8 minutos e um livreto num encarte.

Gostaria de deixar uma cópia desse material para os membros da Mesa e agradecer, então, mais uma vez a oportunidade de participação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Quero lembrar que, pela primeira vez, e acho que não só nesta Comissão mas nas Comissões permanentes, temos a oportunidade de fazer um debate interativo por meio do Portal e-Democracia. Os servidores desta Comissão estão encarregados de moderar os participantes e trazer-me as perguntas dos internautas, que serão respondidas pelos nossos convidados. Estamos começando. Hoje é a primeira vez, é algo novo. A Comissão de Meio Ambiente, sob a gestão do PV, tem inovado, e essa é mais uma das inovações.

Registro a presença da Deputada Rosane Ferreira. Informo que também por aqui já passaram os Deputados Raimundo Gomes de Matos, Penna — abriu esta reunião —, Márcio Macêdo e Augusto Carvalho.



Passo a palavra agora ao Deputado Dr. Paulo César, Coordenador do Grupo de Trabalho Água, da Frente Parlamentar Ambientalista.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Bom dia a todos.

É um prazer, além de fazer parte da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e pertencer já há alguns anos na Frente Parlamentar Ambientalista, agora também ajudar o Penna e o Vice-Presidente desta Comissão, Sarney Filho — que também é Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista — na condição de Coordenador do Grupo de Trabalho Água, da Frente Parlamentar Ambientalista.

Quero agradecer aqui ao Julio Thadeu, à Malu Ribeiro, ao Glauco Kimura e parabenizá-los pela exposição.

É um trabalho importantíssimo que essas organizações realizam já há bastante tempo, assim como o trabalho desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Mas quero dizer que o grande problema da questão da água no Brasil ainda é o de conscientização — é o que vejo. Acho que precisa ser feito um trabalho grande, amplo, sobre a questão da conscientização. Ou seja, conscientizar toda a sociedade, todo o segmento empresarial e rural, agropecuário, sobre a questão da água, a importância da água. Porque, como foi demonstrado aqui, 68% é desperdício e 51% é o consumo exagerado. Principalmente, o desperdício de água é alguma coisa que gente nota em todos os segmentos.

E água é uma coisa que faz parte do dia a dia de todos nós, desde o nascimento, no berçário, quando o neném já entra na água fria, no primeiro banho, durante toda a nossa vida, em nossas casas, em nossas indústrias, no campo, nas fábricas.

E digo isso porque as pessoas não têm consciência. É uma coisa automática usar a água. Mas de onde vem, como está sendo tratada, enfim, como está sendo utilizada, em relação a isso há pouca consciência.

E acho até que deveria haver nas linhas de crédito, tanto para a fábrica, para a indústria, como para os produtores rurais — pequenos, médios e grandes agricultores — alguma exigência em termos de só haver o crédito para produzir ou para plantar se houver conscientização sobre a questão da água também. Até acho que muitas poderiam ser aplicadas. Porque as pessoas pegam o crédito no banco,



vão fazer suas atividades, mas, pessoa só querem saber se a água está entrando na fábrica para ser usada, ou na fazenda, para irrigação. Mas como se trata essa água? Portanto, não se trata apenas de utilizar e pagar pelo uso. Então, é um trabalho grande.

Eu acho, também, que se deve fazer propaganda institucional, assim como se faz através do Governo Federal, dos Estados e Municipais. Ou seja, a exemplo das enormes campanhas publicitárias para a conscientização em outros segmentos, acho que também deveria ser feito o mesmo em relação à água.

E quero dizer ao Presidente Sarney Filho, à Deputada Rosane Ferreira, aos demais membros e a todas as instituições da sociedade civil organizada presentes que nós estamos conscientes do trabalho que teremos e que continuaremos fazendo.

Estamos juntos ao nosso Presidente, que conduz com bastante maestria e rigor a Frente Parlamentar Ambientalista, agora exercendo a Vice-Presidência da Comissão de Meio Ambiente. Estamos juntos.

Vamos trabalhar e ajudar a conscientizar o povo brasileiro e também nós, políticos, sobre a questão das águas, que são o nosso bem maior.

Como disse o Deputado Penna, dois terços de nosso organismo são líquidos.

Muito obrigado a todos pela presença nesta manhã aqui na Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Deputado Dr. Paulo César.

Passo a palavra à Deputada Rosane Ferreira, do PV do Paraná.

**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - Obrigada, Deputado Sarney Filho, a quem parabeno mais uma vez por esta iniciativa tão importante para todos nós.

Ouvi com muita atenção os palestrantes e, principalmente, a Malu, que nos traz à realidade. Realmente, os rios urbanos retratam o descaso que a sociedade como um todo e o poder público têm com a água.

Moro em uma cidade chamada Araucária, que fica na Região Metropolitana de Curitiba. O Rio Iguaçu é hoje o segundo rio mais poluído do nosso Brasil em seu nascedouro. Ele nasce na Região Metropolitana de Curitiba, tenta se recuperar ao



longo de seu trajeto e promove um espetáculo, que é uma das maravilhas do mundo, que é a Foz do Iguaçu.

E há 6 meses foi deflagrada uma operação da Polícia Federal que autuou a SANEPAR como a grande poluidora — e a SANEPAR é a Companhia de Saneamento do Paraná, responsável pela nossa água. O IBAMA aplicou uma imensa multa, e a Polícia Federal indiciou 40 funcionários da SANEPAR, a grande poluidora do nosso rio.

É com muita tristeza que falo isso. Não pensem que me dá prazer, pois não faço política de oposição ao Governo do meu Estado; pelo contrário, pois quero construir uma boa política, em conjunto. Portanto, é com bastante constrangimento que falo isso.

Mas os contratos de concessão com as empresas de saneamento do Brasil como um todo devem ter outro olhar, outra visão. Eles têm que ser repensados.

E permitam-me que eu mostre um pouco da realidade do meu Estado. Por exemplo, o contrato com uma das cidades da região metropolitana foi firmado em 1972. Este contrato tinha como objetivo afastar o esgoto sanitário da frente das casas, porque naquele momento, em 1972, havia um problema de saúde pública, e as diarreias realmente dizimavam as crianças, como mostravam os indicadores de mortalidade infantil.

E o que tínhamos lá, naquela época, era, realmente, a necessidade de levar o saneamento para longe das casas. Então, não havia meta alguma; apenas se queria carregar, fazer uma rede que levasse o esgoto e o despejasse mais adiante — isso em 1972. Esse contrato era de 30 anos, via de regra.

Mas houve um agravante, esse contrato que venceria em 2012 recebeu um adendo em 1995, quando a SANEPAR refez esses contratos com muitas cidades, porque haveria investimento. Mas mudou-se o contrato e não se estabeleceu metas. E eu poderia exemplificar com mais 30 ou 40 cidades, da mesma forma, mas a minha cidade prorrogou o contrato por mais 30 anos. Então, temos um contrato com a mesma empresa por 60 anos, sem o estabelecimento claro de metas de como levar e tratar esse esgoto sanitário sem despejar nos rios, nas nascentes.

Quero deixar isso colocado, para que possamos avançar nessas políticas, porque essa política de cuidado com a água tem que ser feita em conjunto com a



política de saneamento ambiental, discutida com o Ministério das Cidades, Deputado Sarney Filho, e com todos os órgãos envolvidos com a questão de saneamento básico e outras instituições.

Por fim, ainda quero colocar que, com relação à sociedade propriamente dita — e até conversava há pouco com a nossa consultora, que está ao meu lado, sobre isso —, as pessoas não têm a consciência de que aquele grande rio nasce, muitas vezes, no quintal da sua casa, ou pelo menos é o conjunto das várias nascentes e vários córregos. Muitas pessoas acham que o grande rio surge embaixo de seus próprios leitos. E quantas vezes vemos pessoas impermeabilizarem, acabarem com as nascentes e transformarem pequenos córregos em esteira de lixo deliberadamente ou, às vezes, por não terem alternativa para se livrar do esgoto doméstico.

Então, isso tem que ser colocado.

Quanto à impermeabilização, é sonho de todo dono de imóvel ter calçadas muito impermeáveis, livrando-se do quintal. É um sonho. É impressionante isso! Mas a gente tem que entender que a drenagem urbana é fundamental para prevenir... E isso as pessoas não conhecem. Nós temos que nos comunicar melhor com as pessoas e temos que mostrar a importância das calçadas ecológicas, a importância de se deixar uma faixa dentro das casas para a drenagem. Mas isso não está no cotidiano das pessoas.

E, por fim, quero perguntar ao Dr. Julio Thadeu, pois tenho uma dúvida muito grande sobre qual é a água que bebemos: o que nós bebemos? Porque há muito tempo se faz o clareamento da água, a correção do pH, da mesma forma como se fazia há 20 ou 30 anos, mas hoje sabemos que há contaminação por hormônios, medicamentos, metais pesados e uma série de contaminantes novos dessa água. E não vejo estudo suficiente para adequar a análise físico-químico dessas águas, para garantir a qualidade da água que tomamos nos grandes centros urbanos. Eu gostaria até de ver que avanços temos nesse sentido.

Deputado Sarney Filho, se pegarmos um carro fabricado em 1970 e um outro fabricado em 2013, vamos ver quão incrível é o avanço tecnológico. Mas se fizermos o mesmo em relação ao tratamento da água e a forma como conduzimos o nosso



esgoto, de 1970 a 2013, os avanços são insignificantes. Que valores são esses que nós vivemos em nossa sociedade?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Chegaram três perguntas. Vou pedir à Deputada Rosane Ferreira que conduza os trabalhos, porque exatamente agora, na sessão extraordinária — já me ligaram do plenário —, está sendo votado um requerimento de minha autoria para que seja criada uma Comissão Externa destinada a fazer uma avaliação da tragédia mais uma vez anunciada da Região Serrana. Então, é importante que eu vá para lá.

Quero registrar que já há participantes por meio da Internet. Jorge Augusto Ottoni Nobre de Oliveira fez o seguinte comentário: “*Bom dia. Tenho como proposta o fim da tarifa mínima de água. No lugar, deveria ser criada a tarifa máxima para quem consome água em demasia*”. A Renata pergunta ao Dr. Julio Thadeu: “*Quanto os Comitês de Bacia cobram pelo uso da água?*”. E João Marcelo pergunta à Malu: “*Quantos Comitês de Bacia já tiveram decisões de manter APPs anteriores às mudanças do Código Florestal?*”

Peço licença. Vou tentar ainda voltar durante esta reunião. Os senhores não de compreender a necessidade dessa criação.

Antes, porém, gostaria de anunciar que nós vamos assinar o Termo de Adesão à Hora do Planeta:

*“Ciente da importância e relevância do Movimento Hora do Planeta realizado no País pelo WWF Brasil e caracterizado por ser um ato simbólico de apelo contra o aquecimento global, e tendo poderes para tal, confirmo a adesão oficial da Frente Parlamentar Ambientalista à Hora do Planeta 2013, que acontecerá sábado, 23 de março, de 20h30min às 21h30min.*

*Ciente de que nosso engajamento contra o aquecimento global tornará a ação muito mais significativa, comprometemo-nos a divulgar a ação entre os Deputados Federais, colaboradores e parceiros, solicitando o seu engajamento à Hora do Planeta.”*



Dessa forma, a Frente Parlamentar Ambientalista adere formalmente à Hora do Planeta.

Com muita honra e satisfação, faço esta assinatura aqui e peço aos nossos colegas que também adiram e assinem o Termo de Adesão. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosane Ferreira) - É um prazer, uma honra e uma responsabilidade compor esta Mesa neste momento.

O participante Dr. Jorge Augusto Ottoni Nobre de Oliveira pergunta: *“Bom dia. Tenho como proposta o fim da tarifa mínima de água. No lugar, deveria ser criada a tarifa máxima para quem consome água em demasia”.*

A participante Renata pergunta ao Dr. Julio Thadeu: *“Quanto os Comitês de Bacia cobram pelo uso da água?”*

O participante João Marcelo pergunta para Malu: *“Quantos Comitês de Bacia já tiveram decisões de manter APPs anteriores às mudanças do Código Florestal?”*

Com a palavra o Dr. Julio Thadeu para responder a Jorge Augusto Ottoni.

**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT** - Eu creio, Deputada, que o Sr. Jorge, no seu comentário, quando diz que deveria ser criada uma tarifa máxima, acho que ele está querendo dizer que a tarifa mínima deveria ter valores aumentados, e não limitar tais valores a uma tarifa máxima.

Essa resposta pode ser dada sob dois pontos de vista, um deles do usuário das companhias de saneamento, que pagam tarifa mínima. E todos pagamos um valor mínimo, acrescido de acordo com o nosso consumo. Isso varia de cidade para cidade e é regulamentado pelos órgãos que concedem tais serviços, prefeituras ou Estados, como no caso.

O outro lado dessa questão da cobrança pelo uso da água, aí sim, refere-se ao valor da tarifa que é consensual dentro do Comitê de Bacia. Então, o Comitê de Bacia decide o valor. E aí, como eu disse na minha exposição e volto a mencionar, essa cobrança não é um instrumento arrecadatório — pois nós pagamos impostos para se fazer todo o serviço —, mas um instrumento de gestão.

E eu pego um exemplo exatamente fazendo uma ligação com o serviço de abastecimento urbano. Quando as companhias de saneamento pagam pelo uso do recurso hídrico, da água bruta — e, aí sim, fazem a condução, o tratamento e cobram a tarifa final —, como é um serviço com característica monopolista, na



maioria das vezes o comentário deles é no sentido de transferir esse custo da água bruta para o consumidor final. Isso, no meu modo de ver, vai totalmente contra a Política Nacional de Recursos Hídricos, em que a cobrança é o instrumento de gestão. O que deveria acontecer? Essa companhia de saneamento vai pagar ao Comitê de Bacia esse valor e, em vez de transferir ao usuário final, ele diminui as suas perdas. Essa é a ideia: aumentar a eficiência no uso da água, e não transferir.

Na questão de saneamento, do abastecimento de água, para mim, antes de mais nada, o desperdício da água do usuário final é uma atitude pouco inteligente, porque ele está pagando por isso. Não é uma água que ele está tirando de qualquer lugar. Há o exemplo conhecido de se lavar a rua. Em vez de varrer, ele está lavando a rua. Agora, ele está pagando por isso.

Claro que nós precisamos, conforme mencionado pelo Deputado Paulo César e pelos outros companheiros, ter conscientização. Tudo isso diminui cada vez mais em centros urbanos, como São Paulo, que é um grande centro. Mesmo a água para a sociedade começa a ter problemas de distribuição.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosane Ferreira) - Já temos outra pergunta. O que está sendo feito pelo Ministério de Meio Ambiente para a conservação das nascentes dos principais rios brasileiros que estão principalmente na região do Cerrado?

**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT** - O Ministério tem um programa, através da Agência Nacional de Águas, e também nós temos um apoio, que tem essa promoção do que chamamos de produtor de água. O produtor de água é, na verdade, uma recuperação dessas nascentes. É óbvio que, como foi citado pelo Glauco, na medida em que estamos protegendo essas nascentes com o reflorestamento, aumenta essa produção de água.

Existe um programa, nós temos dado andamento a ele, e, claro, além de toda fiscalização de controle. Na parte ambiental existem as leis e estas têm a parte de fiscalização e controle, para que não ocorram os diferentes desmandos.

Com relação à pergunta sobre os Comitês de Bacia, no nível de rios de domínio da União, salvo engano, quatro Comitês estão cobrando hoje pelo uso da água.



Nos Estados há diferentes formas. Há Estados, como o Rio de Janeiro, onde há uma cobrança comum para todos os usuários. O Estado de São Paulo se utiliza do Fundo de Recursos Hídricos provenientes da compensação financeira para distribuí-los dentro dos Comitês de Bacia. O número dos Estados eu não saberia precisar. Mas cobrança mesmo, naquilo que nós entendemos como deva ser feito, com participação da sociedade, decidindo se vai haver cobrança ou não, onde e como vai aplicar o recurso, isso está muito mais claro nos rios de domínio da União, que são esses quatro, e os outros estão em processo de exercer essa função.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosane Ferreira) - Farei mais duas colocações, e depois passarei a palavra para a Malu.

Eu gostaria de ouvi-lo a respeito da questão da análise físico-química das águas. Como é essa relação com as companhias estaduais de saneamento básico.

E mais uma pergunta da participante Renata: *“O que o Governo está fazendo para fortalecer politicamente o Conselho Nacional de Recursos Hídricos?”*

**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT** - Com relação à questão da qualidade da água que nós bebemos, infelizmente, nós entidade, nem eu como pessoa, podemos contribuir para respondê-la com mais precisão. Isso está relacionado diretamente com a área de saúde e os seus órgãos de controle. Mas, com certeza, eu também compartilho da preocupação da Deputada.

Eu não sou hidrogeólogo, mas eu tenho colegas hidrogeólogos. Eu tenho um colega que quase não toma água mineral, porque na hora em que ele lê aquela a descrição da composição, ele fala: *“Não, mas isso é assim, isso é...”* Esse é um fator preocupante, porque realmente existem substâncias que são resistentes ao tratamento, mas eu não saberia ter uma resposta precisa com relação a isso.

Com relação a Conselho Nacional de Recursos Hídricos, através do Ministério, ele tem tido uma atuação. O Conselho hoje tem um número muito grande de resoluções aprovadas. Ele exerceu um papel muito importante na Política Nacional de Recursos Hídricos em todos esses anos, principalmente no início, quando da regulamentação da lei.

Foi um caminho que nós utilizamos de regulamentar a lei, através do Conselho, porque nós estávamos dentro de um órgão com pessoas diretamente ligadas ao tema que a discutiriam e a aprovariam.



O Conselho teve um papel muito importante no passado, e tem ainda, com relação à questão da regulamentação da lei. Ele tem sido atuante. Nós temos quatro, cinco reuniões por ano.

Agora, quanto ao que foi comentado, realmente nós precisamos, não só com relação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como também com os Conselhos Estaduais, com todos os órgãos colegiados, com os Comitês de Bacia, trazer isso à sociedade.

Há uma grande diferença — e aqui foi mencionado —, quando nós falamos CONAMA, no Brasil, se for feita essa pesquisa que foi realizada, com certeza, o resultado vai ser diferente, maior para o CONAMA.

Eu creio que nós temos que exercer esse trabalho, ele é muito importante. Durante a apresentação, além da importância total que nós todos reconhecemos para a biodiversidade, enfim, para toda a vida, para todo o processo agrícola, a água é insumo para toda a produção, desde esta mesa, onde estamos, da caneta, do microfone, há água no processo. E não é qualquer água, é água de boa qualidade.

Na hora em que houver essa conscientização — e, felizmente, não sei, existem conflitos localizados, mas não existe um... — da importância da água, vamos ter uma valorização desses órgãos colegiados, porque essas decisões da divisão da água, através dos planos, vai se dar nos Comitês de Bacia, e depois, nos órgãos recursivos: Conselho Federal e Conselho Estadual.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Deputada Rosane, até o mosquito da dengue sabe selecionar, porque ele só procria em água limpa e corrente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosane Ferreira) - É verdade, Deputado.

Antes de passar a palavra para a Malu, eu tenho uma pergunta para ela, quero fazer uma consideração.

Por três vezes nós citamos nesta audiência pública a questão da agricultura, o produtor agrícola foi colocado como um grande desperdiçador da água, o quanto que se perde nos processos de irrigação.

Eu estava vindo para cá pela manhã e ouvi na CBN uma notícia que chamava a atenção para o problema de Pernambuco. O Estado perdeu 80% da sua produção de feijão devido à seca.



Tenho uma preocupação bem grande, Malu, e gostaria de ouvi-la a esse respeito. Mais uma vez, há um confronto entre movimento de cuidado ambiental e a produção agrícola no País. E nós não podemos continuar nos entrincheirando, discutindo esse assunto dessa forma tão distante, como se não fosse possível o caminho do meio.

Eu acho que nós precisamos com urgência quantificar isso — inclusive, o Deputado Paulo falou sobre a questão de multas, de sanção. Temos que levar tecnologia, temos que mostrar para o nosso produtor agrícola que é possível irrigar, que é possível produzir sem desperdiçar, mas antes de rotular, senão vamos ter agora outro problema, Deputado Paulo. Isso vai acontecer de novo se tivermos o produtor rural como inimigo.

Precisamos rever essa questão. Eles desperdiçam tanto de água no processo de irrigação, quando sabemos que este País só é reconhecido lá fora — e, vejam, eu sou de um Estado produtor agrícola, eu tenho bastante dificuldade até política, eu tive muito desgaste com a questão do Código Florestal, mas estou no Partido Verde porque acredito nas bandeiras de luta do partido, que são as bandeiras de V.Exas. e V.Sas. aqui da Mesa. Mas não podemos continuar... Se colocarmos simplesmente o desperdício que está acontecendo na agricultura como mais um agressor do meio ambiente, vamos ampliar a distância.

Então, como fazer com que a tecnologia chegue? É como o senhor disse, estou me apropriando de suas palavras, não é possível que o agricultor desperdice água só porque quer desperdiçar. Por que o fará isso? Isso, no mínimo, é ignorância.

Precisamos tomar cuidado com essa fala e agir rapidamente nesse sentido, para que possamos garantir o nosso PIB e continuemos a garantir a riqueza deste País, que é reconhecido lá fora pela sua agricultura e, ao mesmo tempo, cuidar deste tesouro, que é a nossa água.

Pergunta de João Marcelo dirigida a Malu: *“Quantos Comitês de Bacia já tiveram decisão de manter APPs anteriores às mudanças do Código Florestal?”*

Com a palavra a Sra. Malu Ribeiro.



**A SRA. MARIA LUIZA RIBEIRO** - Deputada, foram boas as suas observações em relação à agricultura. O que foi dito aqui, em termos de demanda por uso da água e em termos de desperdício, é uma constatação técnica.

Comparando os setores, a indústria, a agricultura, o abastecimento público urbano e os usos comerciais e difusos, o setor que mais consome água bruta e que mais desperdiça pela forma com que usa a água, infelizmente, é a agricultura. Esse é um dado, não é uma rotulação. E é lógico que não são todos os produtores que desperdiçam. Esse exemplo que eu apresentei aqui de mudança de qualidade da água, de esforço na Bacia do Rio Pirai, é um esforço, antes de mais nada, de proprietários rurais e de pequenos produtores. É uma região de fazendas que tiveram vários ciclos, passaram pelo ciclo da cana, pelo ciclo do café, depois do gado, e hoje se diversifica em uma produção de hortifrútis ali da conhecida região das frutas do entorno de Jundiá, ao longo da Rodovia dos Bandeirantes, e também por fazendas rurais que se dedicam ao turismo e agora pelo consórcio de floresta plantada com as florestas nativas.

O pequeno e o médio produtor rural, aquele que depende do solo, sabe da importância da água para sua atividade, sabe que ele precisa de boas técnicas. E ele é um grande parceiro da conservação.

O problema é que o Brasil vem internalizando na grande monocultura extensiva, dos grandes setores do agronegócio e na exportação, por exemplo, de grãos. O quanto exportamos de água, a chamada água virtual, na pegada hídrica e da soja, agora não conseguimos escoar essa produção, porque ela ficou contida nos silos, e não por uma questão de infraestrutura, etc., mas até para segurar preço. É um *lobby* do setor, infelizmente acontece isso, e também da decorrência danosa e perversa que é a imposição de defensivos agrícolas sem controle, que deixou aí várias pessoas, pessoas famosas inclusive que foram a óbito por câncer, por contaminação no manuseio desses produtos sem uma capacitação, sem um controle. Então o setor não pode logicamente ser penalizado o tempo todo, mas precisa ter acesso à tecnologia, à pesquisa, à capacitação, a fomento, a linhas de crédito, a seguros rurais, a boas práticas para que seja sustentável. Não dá para o Brasil querer ser o celeiro do mundo com práticas danosas, porque nós temos que mudar essas práticas. Então, o bom agricultor, o bom proprietário de terra sabe o



impacto que é a perda do solo para a sua atividade, para o seu dia a dia, e não estamos aqui generalizando. Seria a mesma coisa que dizer que todos os ambientalistas são xiitas. Isto na verdade não existe. Eu acho que isso foi usado muito bem em favor de um pequeno setor que fez *lobby*, sim, pela mudança do Código Florestal, e não foram todos os agricultores brasileiros.

Em relação à pergunta do João Marcelo, quantos Comitês de Bacia que deliberaram pela manutenção das APPs na metragem anterior ao Código Florestal, eu tenho conhecimento de três Comitês de Bacia, que são os comitês estaduais, de regiões que sofrem estresse hídrico. Então, Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá — foi o exemplo que eu trouxe aqui —, Bacia do Pardo e Bacia do Mogi. Foram três.

**O SR. GLAUCO KIMURA** - Com licença, Deputada. Tomo a liberdade, só para complementar a resposta da Malu, de responder a pergunta do colega João Marcelo sobre quantos Comitês de Bacia já tiveram a decisão de manter APPs anteriores à mudança do Código Florestal.

Gostaria de lembrar que há 2 anos, num Encontro Nacional do Comitê de Bacias — ENCOB, foi aprovada uma moção, em caráter unânime, de repúdio à mudança no Código Florestal. Então, nós podemos dizer — não é, Malu? — que, além desses três....

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosane Ferreira) - Eram 194 comitês e organismos de bacia há 2 anos.

**O SR. GLAUCO KIMURA** - Exatamente.

**A SRA. MARIA LUIZA RIBEIRO** - É praticamente o Brasil.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosane Ferreira) - Obrigada, Malu. Eu fiz questão, achei muito importante essas considerações que você fez agora, até para que as pessoas que estão nos vendo, nos ouvindo consigam delinear um raciocínio a respeito desta questão. É muito, muito importante.

Eu consulto a Mesa se faríamos agora as considerações finais.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Sra. Presidenta, quero rapidamente perguntar ao nosso companheiro Julio Thadeu, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, como vão as obras de transposição do Rio São Francisco.



**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT** - Volto a dizer que isso não está sob a responsabilidade nossa, do Ministério, e sim do Ministério da Integração. O andamento das obras e o percentual de implementação da obra, no momento eu não saberia responder ao senhor, mas, com certeza, o Ministério da Integração poderia informar. Temos acompanhado todas as questões ambientais nas licenças ambientais que foram concedidas, o Ministério tem acompanhado e tem sido executado de maneira convincente. Mas, infelizmente em relação ao andamento da obra, eu não saberia precisar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosane Ferreira) - Eu gostaria de pedir ao senhor que já fizesse as considerações finais. Na sequência, Dr. Glauco e Malu. Em seguida, encerraremos a reunião.

**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT** - Eu quero agradecer à Deputada Rosane Ferreira, ao Deputado Paulo César e a todos os outros Deputados aqui presentes, colegas, ao Glauco, à Malu, enfim, a oportunidade de estar aqui presente e participar desta reunião.

Como foi muito citado aqui, nós precisamos fazer acontecer a divulgação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Em todos os setores, os números precisam ser dados. Os números apresentados pelo WWF são realmente preocupantes. Com certeza, são números que, de alguma forma, têm que chegar efetivamente à sociedade.

Nós que estamos envolvidos com o tema Comitê de Bacias, sabemos de sua importância. Mencionei que é uma mudança de paradigma terrível — terrível que eu digo é muito grande — porque, através do Comitê de Bacias, pela aprovação dos Planos de Bacias, porque o comitê tem essa competência, pode ser definida a utilização do uso da água naquela bacia hidrográfica. Então, dá para se imaginar qual é a competência do Comitê de Bacias.

Então, a sociedade, na medida em que começa perceber esse instrumento que tem em mãos, de uma participação direta nessas decisões, creio que vai ter um grande avanço na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Mais uma vez, muito obrigado pelo convite, que muito me honrou.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosane Ferreira) - Obrigada.

Com a palavra o Sr. Glauco.



**O SR. GLAUCO KIMURA** - Muito obrigado. Eu gostaria de agradecer também, em nome do WWF Brasil, a oportunidade de participar deste painel. Quero parabenizar, assim como o Julio, a iniciativa de se fazer este painel sobre água, parabenizar a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento e também agradecer e parabenizar a adesão à Hora do Planeta.

Neste ano, a Hora do Planeta tem como tema a água doce, porque, na verdade, o ato de apagar as luzes surgiu em 2009, na Austrália, em países cuja matriz energética era movida praticamente a carvão. Então, o ato de apagar as luzes significava nesses países a redução da emissão de carbono na atmosfera. E aqui no Brasil, como a nossa matriz energética não é movida a carvão, não temos carvão de forma muito significativa em nossa matriz, o ato de apagar as luzes virou momento de reflexão para o que podemos fazer pelo planeta.

Mas acontece que aquele momento ficava muito restrito àquela 1 hora em que todo o mundo apagava as luzes, fazia um ato de reflexão, fazia um ato de celebração ao planeta, mas depois acendia as luzes e a vida continuava normalmente. Então, este ano, o tema de a Hora do Planeta é este: *“Eu faço, se você fizer; eu vou, se você for”*, que vem do inglês *I will if you will*.

Então, neste ano estamos dizendo: *“A Hora do Planeta é apenas o começo”*. Crie um compromisso, comprometa-se com algo que você possa fazer pelo planeta e se desafie para continuar este compromisso ao longo do ano.

Então, como este ano a Hora do Planeta é no dia 23, é um dia depois do Dia Mundial da Água, temos a honra, então, de fazer um evento ligado à água. Então, a Esplanada dos Ministérios vai ter luzes azuis. Quando apagarem as luzes, vamos ter luzes azuis, em comemoração à importância do tema água neste momento.

Então, reflitam nessa 1 hora sobre o que podemos fazer a respeito da água.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade de estarmos presentes aqui.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosane Ferreira) - Obrigado, Sr. Glauco.

Com a palavra a Sra. Malu, para suas considerações finais.

**A SRA. MARIA LUIZA RIBEIRO** - Mais agradecimentos. Parabéns à Comissão pela iniciativa.



Quero dizer para as pessoas que nos assistem e para a Deputada que se colocou aqui muito preocupada com a água que bebemos que não precisamos ficar também numa situação alarmista junto à nossa população.

Existe no Brasil a Portaria da Potabilidade, uma portaria conjunta entre o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente, que é resultado das políticas públicas que a Ministra talvez desconheça, gestadas no CONAMA, por conta de seu papel deliberativo, que eu espero que continue sendo assim. E as companhias de água, quer sejam estatais, quer sejam municipais, quer sejam público-privadas — porque nossa Lei de Saneamento permite também no Brasil essa pluralidade —, seguem essa portaria, tratam essa água, e nós, erroneamente, até por uma questão de *commodities*, de mercado e de propaganda, não acreditamos mais na água que vem pelas torneiras, fornecida por essas companhias. Essa água é tratada, fluoretada, clorada, tem análise. Se as nossas caixas d'água forem limpas, fechadas e fizermos direitinho o serviço de casa, de lavar as mãos e ter o mínimo de respeito com a higiene e com a saúde, a água é um vetor de saúde pública, é um elemento essencial à vida, e nós podemos confiar nessa água tratada, desde que tratada.

A Igreja Católica fazia muito bem aqui. Encerro minhas palavras lembrando-me da Dra. Zilda Arns, que salvou muitas vidas neste País, com um gesto extremamente simples, que era ferver a água e colocar uma colherinha de água sanitária, sal e açúcar para salvar a vida de crianças e de pessoas pelo Brasil afora.

Então, num país em que ainda há exclusão hídrica, que padece com os rios, com a qualidade da água tão degradada, temos que dar um crédito às instituições públicas que temos, o Ministério da Saúde e as companhias de saneamento. E a própria sociedade deve exigir esses avanços e ter o seu papel, a sua parcela de responsabilidade nessa atitude cotidiana, do dia a dia, e não sair daqui com medo, com esse pânico, como o amigo do Dr. Julio, que, por muito conhecimento, sabe o que estamos consumindo.

Quem tiver oportunidade assista, pela Internet ou pelas tevês pagas, série de reportagens iniciada ontem. O jornalista André Trigueiro, do canal Globo News, mostrou uma experiência no sul dos Estados Unidos, numa região que sofre com extrema escassez hídrica, praticamente um deserto, onde a companhia de água trata o esgoto, retira do esgoto todos os componentes. É um sistema de tratamento



eficientíssimo e está sendo levado para Cingapura. Retira, por esse tratamento, os fármacos, os produtos biológicos, todos os componentes da água, depura essa água e a reintroduz no lençol freático para poder ser utilizada.

Então, ainda vamos chegar lá, com certeza. Nós não temos mais água. Vamos ter que fazer isso com a água do Tietê, com a água de Curitiba, de todos os rios e de todas as capitais brasileiras.

Mas ainda precisamos caminhar para o que é mais simples, não é, Julio? Para a universalização. Para afastar, coletar e tratar esgoto doméstico. Depois é o próximo passo, garantindo, até 2015, que possamos cumprir, no mínimo, as metas do milênio. Já está bom, né? Nossa tarefa já está a caminho, e os desafios são muito grandes.

Parabéns a todos. E vamos brindar com essa água que está aqui, que é de qualidade.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosane Ferreira) - Obrigada, Sra. Malu.

Passo a palavra ao Deputado Dr. Paulo César, Coordenador do Grupo de Trabalho Água, da Frente Parlamentar Ambientalista.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Muito bem. Eu acho que estamos finalizando. Foi uma manhã proveitosa para todos que estão aqui e para todos que nos acompanham, os internautas, ou pela *TV Câmara*.

Quero agradecer a presença das instituições, assim como parabenizá-las pelas exposições. Quero também agradecer as perguntas encaminhadas aqui para a Mesa.

Quero dizer que, tanto na Frente Parlamentar Ambientalista quanto na Comissão de Meio Ambiente, nós estaremos sempre prontos para o trabalho de conscientização da sociedade brasileira em relação às nossas florestas, aos nossos rios, à nossa água, à nossa agricultura, que dá sustentabilidade a este País. Mas é preciso um trabalho de conscientização, e que as propagandas institucionais possam primar por isso, por conscientização da sociedade brasileira em relação ao uso desse bem, que faz parte da vida de todos nós no dia a dia. Para tudo o que é feito, tudo o que é produzido, nós dependemos da água.



Então, quero deixar aqui um abraço a todos vocês, desejar um bom final de semana. Amanhã comemoramos o Dia da Água e, sábado, a Hora do Planeta. Vamos trabalhando e dizendo que podem contar conosco. Quando um Deputado diz “pode contar conosco”, pelo menos na minha concepção, quando eu digo “pode contar comigo”, “pode contar conosco”, é porque pode contar mesmo. Não são palavras para o vento levar.

Então, um grande abraço a todos vocês, agradecendo também à nossa Deputada Rosane Ferreira, torcedora roxa do Coxa, do Coritiba, mas que também está em maus lençóis, porque o Coxa também não está lá essas coisas.

Um grande abraço a todos. Um bom final de semana.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosane Ferreira) - O Deputado só falou isso porque ontem eu peguei muito no pé dele, porque aquela derrota do Vasco foi cruel. O vascaíno está sofrendo demais da conta aqui.

Mas vamos ao encerramento. Primeiramente, eu quero me desculpar pela minha pouca habilidade. Eu, infelizmente, não consegui assento na Comissão de Meio Ambiente. É uma disputa muito grande para poder estar nesta Comissão. Eu hoje sou da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Cheguei aqui para dar uma espiada, para aprender com os senhores, e acabei sendo brindada — o senhor não estava aqui naquele momento, creio que estava dando entrevista — com a presidência desta Mesa. Eu aceitei, pela importância, mas confesso que não me senti muito à vontade de fazê-lo sem um preparo prévio. Mas tudo bem. Vamos levando.

As apresentações dos palestrantes, Sr. Julio Thadeu, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Sra. Malu Ribeiro, Coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, e Sr. Glauco Kimura, Coordenador do Programa Água para a Vida do WWF Brasil, nesta audiência pública, estarão à disposição dos interessados na página desta Comissão de Meio Ambiente na Internet, no *link* Audiências Públicas.

Agradeço a presença dos convidados, dos Parlamentares, dos demais presentes, bem como a participação dos internautas.

Um bom dia a todos.

Declaro encerrada esta reunião de audiência pública. (*Palmas.*)